

TITTERTON, James (2022). *Deception in Medieval Warfare: Trickery and Cunning in the Central Middle Ages*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 292 pp., ISBN 978-1-78327-678-3.

O volume que aqui apresentamos, intitulado *Deception in Medieval Warfare: Trickery and Cunning in the Central Middle Ages*, da autoria de James Titterton, pretende abordar a utilização de estratégias e outro tipo de subterfúgios similares, como recursos importantes que se encontravam à disposição dos comandantes medievais e respetivos combatentes. Tem como objetivo primordial evidenciar os episódios deste tipo que se encontram presentes em fontes narrativas, embora, como bem refere o autor, muitas das descrições possam ser fruto da imaginação dos cronistas, pelo que se deve ter algum cuidado na sua generalização.

Este livro encontra-se dividido em nove capítulos, nos quais se discute a utilização das fontes e os problemas que encerram, o uso da informação (e desinformação), as emboscadas e os ataques noturnos como elemento surpresa, as retiradas simuladas, os disfarces, os subornos, os juramentos e as tréguas, a linguagem do engano e a moralidade na aplicação deste tipo de ardis. Enquadram estas temáticas uma introdução e uma conclusão, com mapas que auxiliam o leitor na compreensão e localização de alguns dos episódios mencionados, uma bibliografia aturada e, ainda mais importante, a merecer destaque, um apêndice que elenca todos os episódios que o autor recolheu de fontes narrativas, o que pode constituir uma importante ferramenta para outros investigadores interessados em estudar esta temática.

O primeiro capítulo, dedicado às fontes, talvez seja um dos mais aliciantes de toda a obra. Neste ponto discute-se o contributo da literatura medieval para o estudo do assunto, evidenciando-se uma série de composições – entre as quais as que versam sobre o famoso Robin dos Bosques – em que se relatam momentos em que se recorreu aos ardis, nalgumas vezes associados a figuras que, à primeira vista, não seriam propriamente o referente moral para os padrões sociais do período, como por exemplo os piratas e os fora da lei. Numa segunda parte, aborda-se a influência dos autores clássicos no pensamento medieval, aos quais a guerra não passou ao lado. De entre estes, destaca-se a figura de Vegécio, um teórico romano do século IV, e criador do compêndio *De re militari*, apontado por muito autores como um dos maiores influenciadores do pensamento estratégico dos comandantes medievais. Este tratado foi amplamente divulgado por todo o ocidente medieval, copiado em mosteiros e conservado em vários locais, servindo ainda como modelo para

a descrição de batalhas por parte dos cronistas, e encorajava os seus leitores a adotar o engano ou, pelo menos, a conhecer os recursos à sua disposição, neste domínio.

O capítulo seguinte é dedicado à “desorientação” – *misdirection* no original –, à recolha de informações e àquilo a que podemos atribuir o termo genérico de espionagem. Por “desorientação” entenda-se todas as ações que eram suscetíveis de provocar confusão no inimigo, procurando ludibriá-lo através de retiradas simuladas, por exemplo, com o intuito de tirar partido da conjectura, situação ilustrada tanto com a tomada de sítios fortificados, como com sua aplicação em enfrentamentos campais. De igual modo, a utilização de fenómenos atmosféricos, como os nevoeiros, também auxiliavam os exércitos medievais a esconder os seus movimentos, podendo ser incluídos nesta forma de dissimulação. No que diz respeito à informação, o autor aborda a sua utilização como meio para inflacionar os números e o estado da própria força, espalhando rumores que permitissem chegar aos ouvidos do inimigo uma condição muito melhor do que a real. Assim, era possível, recorrendo à mentira, “plantar” uma série de informações falsas, que depois eram canalizadas por veículos de transmissão, representados na figura dos viajantes, dos camponeses ou dos desertores. Nesta linha de pensamento surgiam ainda os agentes duplos e, obviamente, os espões, com James Titterton a dedicar uma parte interessante à utilização de clérigos nesse papel (p. 46-51).

No terceiro capítulo discutem-se as ações levadas a cabo com recurso ao elemento surpresa, nomeadamente as emboscadas e os ataques noturnos. Ainda que pudessem ser consideradas uma das ações mais simples da guerra medieval, usando como ingredientes a paciência e a escolha de um local propício, as emboscadas só poderiam constituir um elemento tático favorável se planeadas corretamente. São vários os exemplos citados, tendo como cenário florestas, bosques e passagens estreitas e íngremes que constituíam locais de oportunidade para se lançar uma grande variedade de armadilhas. Reveste-se de particular relevância o uso do som, geralmente trombetas ou gritos, como condicionante psicológica destinada a semear o pânico e a confusão entre o inimigo. Outra forma de apanhar o inimigo desprevenido passava por levar a cabo ações durante a noite, ou mesmo às primeiras horas da madrugada.

O capítulo imediato abrange as fugas simuladas, ou seja, a utilização de aparentes retiradas do campo de batalha, de modo a incitar o adversário à perseguição. Apresenta-se como exemplo paradigmático a batalha de Hastings, travada em 1066 entre o exército anglo-saxão de Harold Godwinson e a força invasora normanda, e onde esta última terá empregado uma solução deste tipo. O autor discorre sobre as várias possibilidades neste domínio, proceden-

do a uma revisão bastante completa e crítica da literatura, exibindo argumentos que demonstram que este tipo de procedimento não era, de todo, desconhecido dos comandantes normandos deste período, citando-se os casos de Rogério I da Sicília e Boemundo de Tarento. Seja como for, tão pouco se pode afirmar que esta solução fosse exclusiva do ocidente medieval, como se comprova pela sua prática documentada no mundo islâmico, nomeadamente para tirar partido do uso de arqueiros a cavalo. De forma resumida, reconhece-se a pertinência deste tipo de manobra como forma de afastar o inimigo da sua posição defensiva, para o atrair para uma emboscada ou, como no caso supracitado, para evitar o contacto direto com o inimigo, preferindo a relativa segurança dada pela distância.

Em seguida, no capítulo cinco, explana-se a menção ao disfarce como recurso referido nas fontes narrativas. Ocultando a identidade de um guerreiro, aparentando ser um não combatente, era possível iludir a captura, passar ileso pelas linhas inimigas ou até mesmo tomar de assalto uma fortaleza, através do elemento surpresa. Particularmente relevantes, como assinala o autor, são os procedimentos descritos pelas fontes e tidos como aceitáveis e que, passavam, geralmente, por ocultar a condição militar, removendo o equipamento ou ocultando-o, por intermédio de vestes mais largas, como uma capa, ou até mesmo pelo uso de hábitos clericais. Também se poderia recorrer à alteração física, nomeadamente pelo corte da barba ou do cabelo, permitindo esconder, não apenas a identidade do indivíduo, mas também a sua condição social, dificultando o seu reconhecimento por parte do inimigo. Outra forma, como fingir a morte para entrar ou sair de um castelo, apesar de ser das mais referidas nas fontes, parece ter sido mais uma liberdade fantasiosa por parte dos cronistas do que uma realidade, com aplicação real.

No capítulo seis explora-se outro tipo de *praxis*, traduzida no pagamento de subornos, uma alternativa válida e aceitável quando comparada com os riscos inerentes ao assalto das muralhas de uma fortificação. Logo, e embora a traição fosse altamente condenável, o suborno não deixava de ser encarado como um meio interessante ao serviço dos comandantes medievais. Não obstante, Titterton encara esta situação com alguma cautela, notando, com propriedade, que muitas vezes se acusavam os responsáveis pelo comando das fortalezas, ou mesmo a sua guarnição, de traição e conseqüente aceitação de pagamento em troca da sua rendição, quando poderia ser uma situação não enquadrável nesta categoria. Ou seja, conquanto se contasse que os defensores empregassem uma defesa mais ou menos vigorosa da sua posição, era comumente aceite que não poderiam resistir por tempo indeterminado, pelo que a escassez de provisões e a falta de socorro iriam ter um papel decisivo

no desfecho dos acontecimentos. Por conseguinte, quando um ponto estratégico de alguma importância caía em poder dos inimigos, depressa corriam rumores de suposta traição por parte dos sitiados. O autor continua a analisar esta situação, ilustrando o processo com vários exemplos, desde a aplicação dos subornos em sentido contrário para levantar um cerco, os procedimentos das negociações para o pagamento do valor acordado, ou a religião como móbil para a traição.

O capítulo sete debate os juramentos e as tréguas ou, mais propriamente, as situações em que se tomava partido da sua quebra, isto é, da violação da palavra dada, considerado um sacrilégio para os contemporâneos e moralmente condenável. Tudo isto porque se partia do princípio de que a palavra constituía um vínculo inquebrantável, assente na confiança. O mesmo se aplicava aos períodos de trégua, em que a atividade militar era suspensa, para permitir a livre circulação de mensageiros entre os beligerantes. Ainda assim, um comportamento que fosse contrário podia ser visto com alguma ambiguidade; se por um lado se criticava o lado menos honrado do processo, por outro elogiava-se a perspicácia e a astúcia do indivíduo. Manifesta-se, então, o peso que a honra e a vergonha desempenhavam no quadro mental de valores do guerreiro do ocidente medieval, em claro conflito com as necessidades reais dos teatros de guerra da época, com os cronistas a procurar encontrar formas de encaixar e, de certo modo, desculpar este tipo de conduta.

No capítulo oito refere-se aquilo que se pode considerar como a “linguagem” do engano e dos estratagemas, mais concretamente o registo utilizado pelos vários autores enunciados para transmitir este tipo de informação. Conclui-se que recorriam aos mesmos termos para descrever as ações de heróis e vilões, o que pode sugerir que comportamentos deste tipo estariam longe de ser considerados como negativos ou injustificados, podendo até servir como uma demonstração de esperteza, ousadia e iniciativa. Sob esta perspetiva, podemos afirmar que o conceito de moralidade em tempos de guerra estava revestido de alguma flexibilidade, relegado para segundo plano quando o mais importante era a vitória sobre o inimigo.

O último capítulo da obra encontra-se reservado para uma discussão sobre o que seria entendido como lícito e, portanto, como moralmente aceite dentro do campo dos estratagemas e dos ardis. Nesse sentido, o autor analisa as posições de alguns cronistas relativamente a esta questão, iniciando este périplo pelos trabalhos de natureza canónica e teológica. Logo depois, concentra a sua atenção nas justificações avançadas por algumas fontes narrativas quanto ao uso do engano como arma, bem como a maneira como encaram estas práticas quando são levadas a cabo por inimigos “não normativos”, isto

é, grupos que fugiam dos cânones militares ocidentais, como os galeses, os irlandeses, os escoceses, os gregos e os muçulmanos.

Este volume encerra-se com uma parte dedicada às conclusões, das quais registamos as mais importantes: os estratagemas eram uma parte integrante (e aceite) da guerra medieval; embora a maioria dos episódios possa ser fruto da imaginação dos autores que os descreveram, não deixam de ser indicativos das qualidades apreciadas pelos autores do período; a ambiguidade com que diferentes cronistas relataram o mesmo episódio, fez com que o mesmo fosse encarado como traição ou prudência, consoante o ponto de vista; a sacralidade dos juramentos e a condenação dos que os quebravam; a desconstrução da ideia de que o guerreiro medieval era completamente desprovido de noções de estratégia e tática de natureza militar, quebrando uma ideia, ainda recorrente, de que o ideal de cavalaria medieval era avesso a outras formas de combate que não o enfrentamento direto; a possibilidade de expandir a geografia do estudo a outras zonas da Europa, procurando pontos de contacto ou de rutura; e, por fim, a necessidade de a historiografia proceder a uma revisão do conceito de honra dentro da classe guerreira.

Conforme acima referimos, existe uma clara delimitação geográfica neste estudo, abrangendo sobretudo as Ilhas Britânicas, a França e a Terra Santa, o que poderá constituir uma limitação e induzir a uma generalização das conclusões. No entanto, referem-se episódios pontuais ocorridos em Portugal, como a conquista de Lisboa, em 1147, e o cerco movido pelos almóadas a Santarém, em 1184. Esta temática até tem merecido alguma atenção por parte da historiografia ibérica, destacando-se, para esta cronologia (c. 1050-c.1320), a monografia *Castilla y León frente al Islam – Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, de Francisco García Fitz, ou as contribuições de Carlos Afonso e Miguel Gomes Martins, e, para um período posterior, João Gouveia Monteiro. Assim sendo, podemos referir muitos exemplos para o contexto peninsular, perfeitamente enquadráveis no assunto em questão, como as ações levadas a cabo por Geraldo Geraldês, o “Sem Pavor”, entre 1165 e 1173, no Alentejo; a simulação de retirada operada por Fernando Magno, em Valência (1065), que culminou na perseguição da sua força por parte da guarnição muçulmana da cidade, e consequente derrota da mesma; ou mesmo a conquista, através da surpresa, de Ajarquía, em finais de 1235 ou inícios do ano seguinte, em que os atacantes cristãos utilizaram trajes muçulmanos para ocultar a sua verdadeira identidade. À medida que caminhamos para o final do século XIV encontramos mais paralelos na atuação de Nuno Álvares Pereira, reconhecido por empregar uma grande variedade de ardis e artimanhas, sobretudo para tomar lugares fortificados “a furto”, para utilizar a

expressão consignada nas *Siete Partidas*, de Afonso X, para ações deste tipo.

A originalidade do tema e a sua pertinência enquanto objeto de estudo, as questões que levanta relativamente à crítica das fontes, o estudo aturado e exaustivo dos episódios, o questionário criterioso e o cuidado colocado na estruturação da obra, levam a que a mesma seja de leitura recomendada para todos os que se interessem sobre história militar medieval, como se comprova pela sua recente reedição, noutra formato, durante o presente ano.

JOÃO RAFAEL NISA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

jnisa@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7698-7567>

